



ENSINO DE HISTÓRIA PARA A CLASSE TRABALHADORA: O CASO CONCRETO DA REGIÃO DOS LAGOS/RJ

TEACHING HISTORY FOR THE WORKING CLASS: THE SPECIFIC CASE OF THE LAGOS REGION/RJ

LUCIANO CESAR DA COSTA
<https://orcid.org/0000-0002-0030-2186>
Doutor em História pela UFF
Professor da Educação Básica
lucianocesar_3@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo trata sobre o Ensino de História para a Educação de Jovens e Adultos. O objetivo central é mostrar como a Educação de Jovens e Adultos necessita de uma constante adaptação curricular que leve em conta a configuração própria dos alunos trabalhadores. Para tanto elencamos diversos instrumentos legais, tais como leis e estatutos, bem como a literatura mais atualizada no campo da educação. Dessa forma, em consonância com a orientação pedagógica, nosso objetivo foi relacionar o mundo do trabalho, já conhecido pelos educandos, com a história e os conceitos históricos relativos ao mundo do trabalho e a própria invenção do trabalhismo no Brasil. A junção dos conceitos históricos com a vivência dos estudantes da EJA forma assim, um saber escolar próprio que é evidenciado no artigo que se segue. Por fim, como estudo de caso, abordamos essa realidade em dois municípios da região dos lagos do Rio de Janeiro: Saquarema e Araruama.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Trabalhador; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This article deals with the teaching of History for young and adult Education. The central objective is to show how young and adult Education needs constant curricular adaptation that takes into account the configuration of working students. of education. Thus, in line with the pedagogical orientation, our objective was to relate the world of work, already known by students, with the history and historical concepts related to the world of work. The combination of historical concepts with the experience of EJA students thus forms a specific school knowledge that is evidenced in the article that follows. Finally, as a case study, we approach this reality in two municipalities in the lake region of Rio de Janeiro: Saquarema and Araruama.

KEYWORDS: Teaching of History - Worker - Young and adult Education.

RESUMEN



Este artículo trata sobre la Enseñanza de la Historia para la Educación de Jóvenes y Adultos. El objetivo central es mostrar cómo la Educación de Jóvenes y Adultos requiere de una constante adaptación curricular que tenga en cuenta la configuración específica del estudiantado trabajador. Para ello, enumeramos varios instrumentos legales, como leyes y estatutos, así como los más actualizados. -actualización de la literatura en el ámbito de la educación. Así, en línea con la orientación pedagógica, nuestro objetivo fue relacionar el mundo del trabajo, ya conocido por los estudiantes, con la historia y los conceptos históricos relacionados con el mundo del trabajo y la invención del laborismo en Brasil. La combinación de conceptos históricos con la experiencia de los estudiantes de EJA forma así un saber escolar específico que se evidencia en el siguiente artículo. Finalmente, a modo de estudio de caso, abordamos esta realidad en dos municipios de la región de los lagos de Río de Janeiro: Saquarema y Araruama.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de la Historia - Trabajador - Educación de Jóvenes y Adultos.

Mais um dia ensolarado de trabalho. Aguardo dentro do carro com o ar-condicionado ligado para entrar na escola no horário certo. Observo, oculto pelo vidro fumê, uma senhora que troca seus sapatos um velho tênis por um chinelo confortável, não antes de esticar os dedos. Ela, Dona Cora, é uma das muitas estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que encara uma dura jornada de trabalho fazendo longas caminhadas para chegar até a colégio diariamente, uma vez que não recebe auxílio do empregador para arcar com os custos do transporte público. O objetivo do presente artigo é refletir e compreender o funcionamento da EJA e de seus atores, como Dona Cora, mais precisamente no que diz respeito ao Ensino de História, modalidade de ensino tão importante para a realidade brasileira.

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 208, o acesso ao estudo fora da idade própria:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988)

Assim, tem-se não apenas o acesso à educação para Jovens e Adultos, mas também ao ensino gratuito. Contudo, a Constituição Federal de 1988 não apresenta com clareza as diversas formas e especificidades dessa modalidade de ensino:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VII. oferta de educação escolar regular para jovens e



adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

O artigo 37º explica ainda sobre as especificidades da EJA.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola (BRASIL, 1996).

Por outro lado, a LDB (1996) adiciona importantes elementos e detalhes sobre a oferta da modalidade EJA, não apenas reconhecendo a necessidade de adaptação às disponibilidades dos estudantes, mas também para aqueles que já se encontram no mundo do trabalho. Esses elementos têm relação direta com o relato inicial da discente Dona Cora, que caminhava por quase uma hora do trabalho até a escola. Quais necessidades e disponibilidades essa educanda tinha, ou melhor, deveria ter para sua permanência nos estudos?

Dessa forma, os dois principais aparatos legislativos sobre Educação Brasileira garantem e defendem a gratuidade da Educação de Jovens e Adultos, bem como sua adequação ao mundo do trabalho. Márcia Rodrigues Neves Ceratti, em artigo recente que reúne algumas das reflexões mais recentes sobre a EJA no Brasil, destaca também a importância das demais legislações em outros campos de atuação, inclusive os estaduais e municipais. Citando assim um dos decretos do Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer Nº 11, de maio de 2000, e da Resolução Nº 1 de 5 de julho de 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e a reconhece como:

[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela [...] em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto [...] (BRASIL, 2000).

Por fim, é necessário pensar como a Educação de Jovens e Adultos é abordada dentro das respectivas municipalidades em tela. Para tanto, foram consultadas não apenas



as Leis Orgânicas dos respectivos municípios, mas também as normativas e estatutos específicos para os sistemas educacionais.

Em análise no presente artigo, foram escalonadas duas cidades em que o autor atua como professor, ambas desde 2016, tanto na rede privada como na rede pública. Trata-se assim de um artigo que visa intercalar relatos de vivências e a própria produção do saber escolar com a perspectiva teórica sobre a Educação de Jovens e Adultos no âmbito brasileiro, também correlacionando-os com a história educacional das respectivas cidades, a saber, Araruama e Saquarema. (MONTEIRO, 2007)

Os dois municípios, Saquarema e Araruama situam-se na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, essa área, como o próprio nome já indica, é cercada de lagunas salinas que foram utilizadas ao longo da história para produção e extração de sal. Mais recentemente, em especial a partir da década de 1970 do século XX, a atividade turística e de veraneio tem sido o mote econômico central dessas regiões. Ainda que guardem algumas particularidades entre si, serão utilizadas no presente artigo a história de ambas as localidades, já que carregam muitos elementos em comum.¹ (ROCHA, 2014)

Demograficamente falando, os dois municípios tiveram um breve período de crescimento populacional durante o século XIX, sobretudo por conta da atividade da cafeicultura, que trouxe um expressivo contingente de pessoas escravizadas para a região. A instalação da ferrovia-carril de Maricá ampliaria ainda mais essa realidade, ainda que a construção das estações na região só tenha se concretizado no início do século XX, justamente quando o café parecia perder a importância de outrora, vemos a ampliação da produção salina apresenta seus primeiros passos, tendo diversos momentos de altos e baixos, têm-se, por conseguinte, uma predominância de atividades ligadas ao turismo e ao setor terciário, que é o setor cuja maioria da população se encontra ocupada.

Cabe dessa forma observar como as legislações municipais retratam a Educação de Jovens e Adultos, em especial, quando oferecida no turno noturno, a saber aquele que mais atende a população ativa no mercado de trabalho. A seguir, serão analisados diretrizes inerentes ao município de Araruama cuja quantidade de dispositivos legais é

¹ História e patrimônio: Saquarema / Helenice Aparecida Bastos Rocha ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.



mais avançada, ainda que a aplicabilidade delas tenha evidentes limites; Saquarema, por outro lado têm legislação mais desatualizada, mas o volume ações para melhorar as condições da Educação de Jovens e Adultos.

O Estatuto dos Servidores de Araruama apresenta alguns indicativos do comportamento de seus agentes públicos, mas pouco fala sobre professores e demais profissionais da educação ou sobre suas respectivas atribuições. Um tópico relevante neste documento é aquele que destaca que é obrigação do professor lecionar em “qualquer grau ou ramo legalmente estabelecido” (artigo 172º), o que indica a obrigatoriedade de docentes lecionando na EJA, sendo ilegal qualquer tipo de recusa. A ausência de artigos e demais mecanismo legais, por certo, deve-se à falta de um aparato específico para o segmento educacional - o Regimento Escolar da rede - que será examinado a seguir.

O município apresenta um Regimento Escolar publicado em 2016, data do ingresso deste autor nesta rede de ensino. Para além de diversos mecanismo formais, tais como deveres e obrigações de professores e alunos, o regimento fornece algumas pistas sobre o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos na municipalidade e sua estrutura curricular. Um dos primeiros pontos relevantes do documento é a adequação às “condições de vida e de trabalho” dos discentes em perfeita consonância com as legislações superiores. Essas legislações só permitem o ingresso dos alunos na EJA se já completaram 15 anos, sendo vedado o ingresso em idade inferior. Citando o parágrafo segundo do artigo 67º da dita lei referida lei, que diz: “O Poder Público deve viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na Unidade Escolar, mediante parcerias público-privadas, com ações integradas e complementares entre si.” A admissão da presença de recursos privados abre precedente para sua presença dentro das escolas públicas ainda que tal parceria possa ser vista no turno regular, na EJA, dentro da realidade escolar que presencio, ela não ocorre.

Ainda nesse mesmo, elabora-se mais um adicional dos objetivos da EJA na municipalidade: “elevar a autoestima” dos alunos por meio da cidadania e sua “qualificação para o trabalho”. Mais uma vez, o trabalho aparece como mote das respectivas legislações educacionais. A EJA se organiza segundo essa legislação em duas possibilidades: diurna presencial e noturna semipresencial. É nessa última que algumas observações precisam ser feitas. Leia-se o artigo 69º da presente lei:



I- EJA Noturno: de modo semipresencial, assegurada a organização de horários flexíveis e utilização de metodologias, livros didáticos, módulos instrucionais e recursos audiovisuais variados;

§ 1º. A oferta da EJA Noturno tem parte da sua carga horária cumprida com aulas presenciais e parte com atividades complementares extraclasse, podendo ser desenvolvidas dentro ou fora do espaço físico da Unidade Escolar;

§ 2º. Na EJA Noturno, as aulas presenciais têm início às 19h30min e seu término às 21h45min, contemplando 03 tempos de aula de 45 (quarenta e cinco) minutos com, no mínimo, 2(dois) componentes curriculares diários.

§ 3º. Os 2 (dois) primeiros e o último tempo de aula, é de frequência facultativa ao discente, na EJA Noturno, e obrigatória na EJA Diurna, desenvolvidos em forma de atividades e projetos definidos pelo Projeto Político Pedagógico de cada Unidade Escolar.

Assim, a respectiva legislação admite a adaptação de horários e sua respectiva flexibilidade para os alunos da EJA noturna, incluindo a modalidade semipresencial. Contudo, a modalidade semipresencial precisa de um acompanhamento diferenciado das atividades de ensino-aprendizagem, o que dentro da realidade escolar observada é apenas parcialmente feito, em parte pela própria condição social dos discentes de Araruama, como mais à frente será explicado.

Por fim, existe uma limitação para o número de alunos da I até a V fase, sendo somente 25 alunos discentes por sala; já da VI até IX fases admitem-se 30 alunos por sala, sendo necessária a diminuição do número de alunos na sala quando da presença de discentes com necessidades educacionais especiais ou outras necessidades educacionais dentro da sala. Leia-se: “Para cada aluno que necessita de AEE, e/ou com problemas de desenvolvimento de todos os níveis e tipos, incluído nas turmas regulares das Unidades Escolares, o número de discentes previsto no caput deste artigo será reduzido em 02(dois)” (Artigo 92º). Apesar do importante aparato legal, que garante um número de alunos mais reduzido na realidade escolar em que estamos inseridos, encontra-se um quantitativo mais reduzido de alunos face à elevada evasão escolar.

Vale ressaltar a forma específica como é realizado o atendimento educacional especializado, que garante que o discente com tais necessidades não apenas o direito ao profissional de atendimento especializado- inclusive na modalidade EJA-, mas também o acesso à sala de recursos multifuncionais. A lei inclusive incentiva que os discentes com necessidades especiais sejam encaminhados à EJA quando “não apresentarem o domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (artigo 74º). Curiosamente, como acima mencionado,



a possibilidade da troca de turnos e modalidades escolares foi uma das mudanças estruturais entre a versão do regimento interno do município entre 2011 e 2016.

O regimento escolar do município limítrofe, Saquarema, também apresenta algumas considerações importantes sobre a Educação de Jovens e Adultos. O primeiro elemento previsto no regimento publicado em 2013 fala sobre a estrutura curricular dividida em etapas, mas também admite que deve haver flexibilidade para aqueles educandos que interromperam seus estudos ou se encontram fora da idade própria para sua referida etapa de ensino. Outro ponto muito importante é a presença de um dispositivo para ilustrar a evasão de alunos, prevendo que, a cada trinta dias consecutivos de faltas, o aluno possa ser considerado evadido.

Porém é na Seção III do presente regimento que há a definição clara do funcionamento da Educação de Jovens e Adultos. Tal como os outros dispositivos legais, que especificam a idade mínima de de 15 anos completos para ingresso na EJA, o regimento fala sobre a adequação às "condições de vida e trabalho", bem como "elevar a autoestima do alunado" e sua "qualificação para o trabalho". Trata-se assim de uma junção exata entre as três legislações supracitadas: Constituição, LDB e os dois regimentos escolares. Diferente de seu congêneres em Araruama, será mostrado que o Regimento de Saquarema prevê que o município construa uma Proposta Curricular da rede, bem como o Projeto Político Pedagógico das respectivas unidades, devendo o professor - com "acompanhamento" do Orientador Pedagógico - aplicar e construir seus planejamentos levando em consideração o perfil "de sua clientela."

Cabe agora observar os Projetos Políticos Pedagógicos para melhor compreender estas duas realidades escolares. O perfil dos discentes em ambas as escolas apresenta semelhanças expressivas. A escola de Saquarema, Escola Municipal José Bandeira (antiga Escola Castelo Branco), fica no bairro do "Boqueirão", que se encontra nas proximidades do centro da cidade e, portanto, de fácil acesso. A escola dá frente para a laguna de Saquarema, tendo o bairro uma forte conexão com a atividade pesqueira e de turismo na região. Na Educação de Jovens e Adultas noturna, ela atende, além dos alunos residentes do próprio bairro, alunos de um bairro distante, chamado Jaconé.

Entre esses bairros percebe-se uma diferença relevante: enquanto os alunos oriundos do próprio "Boqueirão" tendem a ser mais conhecidos pela equipe pedagógica,



já que tendem a ser mais frequentes nas aulas. Esses alunos que residem no “Boqueirão” acabam sendo mais frequentes, também são mais acessíveis a equipe de apoio pedagógico da escola. Por outro lado, o bairro de Jaconé apresenta diversas regiões mais carentes e, em alguns casos, com pontos de tráfico de drogas. Dessa forma, uma parte substancial dos alunos advindos de Jaconé apresentam problemas sociais correlatos e, infelizmente, também são os alunos menos frequentes, é nesse grupo de alunos que encontramos uma violência mais predominante em seu comportamento.

É importante frisar que, desde 2021, ocorre por parte da Prefeitura de Saquarema uma série de programas sociais e de ações específicas dentro do segmento educacional municipal, tendo ele inclusive elaborado um Plano Municipal de Educação, como antes mencionado. Entre as várias medidas tomadas pelo governo municipal destaca-se vê-se o fornecimento de bolsas de estudos para os alunos da EJA, no valor de trezentos reais. Dessa ação duas consequências imediatas ocorreram: um aumento expressivo dos discentes no segmento, de pouco mais de setenta alunos para quase duzentos alunos na EJA noturna; e a presença de muitos alunos que perceberam na bolsa de estudos, não apenas a oportunidade de obter renda, mas também de dar prosseguimento aos estudos.

Importa ainda analisar os dados do Instituto de Geografia e Estatística, as constantes melhorias feitas acabaram por causar um aumento expressivo do Produto Interno Bruto (PIB), em 2020 a renda per capita gravitava a faixa entre 100 mil e 200 mil reais, atingido a faixa dos 500 mil no início de 2021. Note-se que a crescente econômica e populacional reconfiguraram as o perfil e cultural escolar da cidade, bem verdade, as escolas não apenas aumentaram o número de famílias atendidas, mas também seu perfil se reconfigurou, notadamente, com uma maior presença de alunos oriundos dos grandes centros urbanos e das classes sociais intermediárias. Vale ainda observar os dados da escolaridade média do município, apesar de manter elevada taxa de escolaridade 96,3%, mas ainda apresenta um IDEB baixo 4,9% para os anos finais do ensino fundamental. Apesar dos esforços da prefeitura e para elevar esses números até o próximo censo, ainda não temos certeza sobre esses dados e avanço.

De forma semelhante, tem-se a escola de Araruama, E.M. Margarida Trindade de Deus. A unidade escolar encontra-se no bairro da “Fazendinha”, localizado nas proximidades da Estrada de São Vicente (RJ-138) e dista cerca de quatro quilômetros do



centro da cidade, sendo uma escola mais periférica que a de Saquarema. Como se enuncia no próprio projeto político pedagógico da instituição, a escola atende a uma vasta quantidade de alunos carentes e com diversos problemas sociais correlatos. Especificamente, a comunidade ainda atende a um número pequeno de alunos, sendo a infrequência uma constância, bem como o comportamento violento. Dessa forma, é o cenário escolar mais desafiador.

O levantamento dos dados estatísticos da cidade de Araruama confirma essa difícil realidade. Apesar de uma população mais vultosa, beirando a faixa dos 129 mil habitantes, portanto, bem superiores aos 89 mil habitantes de Saquarema, ainda encontramos dados educacionais inferiores. O IDEB para a faixa final do ensino fundamental é de 4,7, sendo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) na faixa elevada de 0,718 e bem superior aos 0,709 de Araruama. Ainda assim, acompanhando a evolução dos últimos anos percebemos que a cidade de Saquarema tem apresentado um avanço mais expressivo, tanto na melhora de seus índices como no percentual da população escolarizada a economicamente ativa. Ainda que o comparativo das duas cidades não seja objeto específico do presente trabalho, não deixa de ser determinante para a realidade de trabalho que adiante apresentaremos.

Passemos, por fim, à análise dos respectivos Projetos Políticos Pedagógicos e do funcionamento efetivo das escolas, inclusive por meio de seus Conselhos Escolares. Em Saquarema, a presença de Conselhos Escolares é mais ativa sendo estes, inclusive, regidos por estatuto próprio. Tal presença permite um acesso mais amplo às instâncias escolares superiores, notadamente, à Secretaria Municipal de Saquarema, além de ser um mecanismo que viabiliza a gestão democrática dentro da escola. Vale ressaltar que, por serem adultos, os alunos da EJA são sempre muito atuantes dentro do conselho, além de serem membros antigos da comunidade, o que fortalece sua atuação dentro desses organismos. Interessante lembrar que na escola de Saquarema, José Bandeira (antiga Castelo Branco) – o nome da escola foi alterado por conta da referência ao passado ditatorial brasileiro – encontra-se em reformulação o Projeto Político Pedagógico. O documento mais recente é de 2014 e ainda carrega o nome antigo da escola. Como parece razoável pensar, seu texto está desatualizado. Seguem outras referências teóricas, tal



como Paulo Freire que argumenta sobre a impossibilidade de uma educação neutra; ou ainda a noção de indivíduo integral de Henry Wallon.

Curiosamente, porém, o texto não propõe como essas ideias poderiam ser aplicadas na prática cotidiana da escola. Ao invés disso, há um emaranhado de regras de conduta de alunos e professores. Por fim, tem-se uma série de projetos no PPP, mas nenhum deles é aplicado na unidade escolar atualmente, ainda que nela haja muitos projetos atuais, nenhum deles se encontra no PPP de 2014, o que mais uma vez evidencia a necessidade de uma atualização deste documento por parte da comunidade escolar.

Quanto à escola de Araruama, há um Projeto Político Pedagógico atualizado, sendo inclusive reformulado anualmente. Em linhas gerais, o Projeto da escola dá conta da complexa realidade escolar da região, com muitas mazelas sociais e problemas de indisciplina no alunato, ideia que permeia todo o Projeto Político Pedagógico, bem como as precárias condições urbanas do bairro. A unidade escolar atende quase 900 alunos, distribuídos nos três turnos e em 17 salas, contando ainda com uma sala de recurso. A quase completa ausência de áreas de lazer na comunidade transforma a escola em um grande centro de lazer da região, o que se percebe, por exemplo, nas festividades escolares sempre lotadas. Outro ponto relevante dessa comunidade escolar são os diversos templos religiosos, como aponta o PPP da escola, o que já mostra um grande número de alunos e responsáveis religiosos (sempre presentes na escola), porém, essa mesma realidade convive com a presença de outras questões sociais, como uso de drogas ilícitas e do alcoolismo frequente.

Quanto às instituições escolares, o PPP afirma que a escola possui grêmio estudantil, bem como o Conselho Escolar. Infelizmente, o grêmio estudantil no período em que leciono na unidade, nunca esteve ativo; já o Conselho Escolar, existe de forma burocrática no papel, não tem qualquer aderência à realidade escolar, tampouco com a gestão democrática. Trata-se, na verdade, de um Conselho Escolar “de gabinete”, feito sem a participação ativa da comunidade. O PPP segue descrevendo os diversos elementos administrativos da escola: direção, deveres e obrigações. Um dos cargos mais bem descritos é a coordenação de turno pois, ausência dos diretores, esses acabam assumindo uma grande centralidade no dia a dia da escola, sendo peças fundamentais para o bom andamento das aulas. Essa realidade é ainda evidente na Educação de Jovens e Adultos



da unidade, já que há muitos problemas sociais que impedem os alunos de frequentarem as aulas com a devida regularidade. Sem as informações colhidas pela coordenação o trabalho docente seria difícil. Naturalmente, a sondagem da presença dos alunos deveria ser feita pelos orientadores educacionais, outro importante cargo da escola; entretanto, como os dirigentes quase sempre residem na comunidade, têm mais fácil acesso aos estudantes.

No campo teórico, o PPP se apresenta atualizado e com referências clássicas no campo da pedagogia. Desde Piaget até citações de Dalai Lama. Infelizmente, muitas delas aparecem sem as referências adequadas e passam a ligeira sensação de um amálgama de citações fora de contexto. Quanto ao currículo propõe que este seja crítico e visto de forma contextualizada com a realidade dos alunos. Por fim, vale lembrar que qualquer dessas referências e ideias foi amplamente discutida com a comunidade da escola, trata-se, portanto, de um Projeto Político Pedagógico feito “em gabinete”.

Ainda no PPP vamos ver inúmeros objetivos gerais e específicos, sendo um dos mais notórios a diminuição da “evasão escolar”. Trata-se, bem verdade, de um dos grandes problemas da EJA da escola e de outras localidades. A meta prevista fala de uma redução de 70% para 40% da evasão na unidade. Outro objetivo central e que permeia todo o PPP é ampliar a ligação entre a comunidade e a escola, como o próprio PPP admite, em muitos aspectos a escola se configura como o único espaço de lazer de muitas dessas famílias.

Vale ainda recordar que as festividades são um importante mecanismo para obtenção de recursos por parte da escola, para financiar atividades e passeios, a estas se associam a cantina da escola. Dentro das normas específicas segue também a ideia de que os “docentes” se envolvam com as normas disciplinares da escola. Essa parte é crucial, pois com um alunado bastante indisciplinado, nem sempre se consegue construir consenso sobre a conduta disciplinar mais adequada dentro do ambiente escolar. Todas estas definidas como metas de curto prazo.

Nas metas de longo prazo também encontramos diversos elementos: como a formação de um cidadão crítico; mas chama peculiar atenção a citação direta a EJA, prevendo que os docentes deveria fazer a adaptação curricular para a EJA. E mais ainda:



Palestras dirigidas aos alunos do período noturno para que os mesmos possam, através de informações atuais, sentir-se estimulados a frequentar as aulas, percebendo que os conhecimentos adquiridos na Escola serão necessários para que possam enfrentar um mundo globalizado onde a mudança se faz diariamente; (2022)

Essa parte é muito interessante, pois breve uma ação específica para combater a evasão escolar nas turmas de EJA, o que reforça ações concretas para combater a evasão escolar. Importante destacar que desde que atuo na presente unidade podemos observar que fato, a EJA é acompanhada por diversas palestras que procuram auxiliar o cumprimento do objetivo supracitado. Ainda que o presente Projeto Político Pedagógico se encontre muito atualizado e reelaborado dentro das normas mais atualizadas, encontramos duas questões centrais: a primeira é a ausência de uma construção democrática e coletiva; a segunda e que pouco se fala de metas e objetivos específicos para EJA, salvo os casos mencionados.

Nesse comparativo, marcamos uma das grandes contradições desses dois ambientes escolares. Ainda que Araruama tenha um aparato legal mais robusto, sua eficiência prática é reduzida. Antônio Manuel Hespanha, importante jurista português e muito influente na historiografia brasileira, costumava dizer que entre a norma e prática existia sempre um enorme abismo. No campo pedagógico, não podemos deixar de pensar em Paulo Freire: “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. (2002, p. 32) Ao usar o conceito marxista de “práxis”, observamos que Freire entende que temos que sempre entender qual a articulação entre prática e teoria. No caso concreto, analisado neste ensaio procuramos mostrar como a teoria (representada pelas respectivas legislações) se articulam com a prática concreta em sala de aula, dentro do espaço escolar.

Uma vez analisadas as respectivas legislações, é necessário pensar como a realidade concreta evidencia o cumprimento ou não de tais dispositivos normativos e o alcance dos princípios gerais norteados pela Constituição e pela LDB, em especial, ao foco no Ensino de História.

A professora Circe Bittencourt organizou uma importante coletânea sobre o Ensino de História e, em diversos capítulos que abordam da Pré-História até a Guerra Fria, podemos dimensionar alguns elementos do Ensino de História, ainda que nenhum dos deles mencione a questão da Educação de Jovens e Adultos. Um dos pontos mais



centrais identificados nas produções da professora é a busca por um ensino que se relaciona com a função social da educação, a saber, formar cidadãos críticos e capazes de interpretar o mundo instrumentalizando os conhecimentos adquiridos (BITTENCOURT, 2018).

Dentro dessa esteira, foi possível identificar que a maioria dos alunos da EJA eram compostos de trabalhadores. A esses se mesclavam alunos com defasagem de idade/série. Trata-se, neste último caso, de realocar os alunos tidos como “difíceis” na EJA, uma vez que não se adequaram ao ensino regular diurno. Tal postura, quase sempre protagonizada pela gestão da escola, pode, sem dúvida, ser questionada, afinal trata-se de segregar alunos em face seu comportamento, como se a transferência para EJA fosse uma punição. Por outro lado, pode ser inserida dentro de uma tentativa mais ampla de resolver a distorção idade-série. Um dos indicadores utilizados para o diagnóstico da educação brasileira é o índice de distorção idade-série (BRASIL, 2004). Esse indicador permite que as escolas criem estratégias como a acima apresentada para tentar corrigir essa distorção, sendo inclusive uma das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

A realidade concreta acaba por mostrar que muitos desses alunos encontram na EJA um espaço de sociabilidade mais adequado a sua idade, bem como a suas vivências, em especial, os diversos relatos de violência cotidiana nas comunidades circunvizinhas à escola. Importante reforçar que em Araruama, por exemplo, o regimento escolar municipal foi alterado para admitir esse tipo de mudança realizada pela gestão escolar. A exemplo disso, no regimento de 2011, não se admitia a troca de turno antes do término do ano letivo; já em 2016, na nova versão, essa realidade da transferência de modalidade, mesmo durante o ano letivo, quando tal necessidade fosse observada pelo corpo técnico.

O que pareceu absolutamente fundamental desde o início era que na EJA, a prática pedagógica deveria estar vinculada à vida prática concreta dos educandos. Naturalmente, Paulo Freire já alertava sobre essa questão em seus estudos, mas a prática concreta em sala a revelou ainda mais essencial. As práticas cotidianas na EJA revelaram uma forte aproximação entre os educandos e o mundo do trabalho. Seguindo na esteira das mudanças recentes em nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/2018), assim como as recém-publicadas Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2021), produzem uma base sustentadora de



práticas que buscam traduzir a responsabilidade profissional e o compromisso social com a aprendizagem ao longo da vida e, por conseguinte, a experiência de vida dos educandos é essencial para o ensino de história nesse cenário.

Esse aprendizado relacionado à vida pressupõe que somos indivíduos em constante construção e reelaboração, realidade essa também enfatizada tanto pela legislação supracitada, bem como pela literatura educacional mais atualizada. Como resume bem Moacir Gadotti:

Uma das potencialidades do princípio da “aprendizagem ao longo da vida” é que ele quebra uma visão estanque da educação, dividida por modalidades, ciclos, níveis etc. Ele articula a educação como um todo, independentemente da idade, independentemente de ser formal ou não-formal. Se a educação e a aprendizagem se estendem por toda a vida, desde o nascimento até a morte, significa que a educação e a aprendizagem não se dão somente na escola e nem no ensino formal. Elas se confundem com a própria vida, que vai muito além dos espaços formais de aprendizagem. (GADOTTI, 2016, p. 8)

Essa visão que relaciona o trabalho com as atividades laborais vai também ser defendida por Paulo Freire: “transformando a realidade natural com seu trabalho, os homens criam o seu mundo. Mundo da cultura e da história que, criado por eles, sobre eles se volta, condicionando-os. Isto é o que explica a cultura como produto, capaz ao mesmo tempo de condicionar seu criador” (FREIRE, 1982, p. 27). E também por Célestin Freinet:

Transformando a Natureza e o mundo em que vivem, os homens transformam a si próprios. Onde o caráter fundamentalmente educativo do trabalho, que lhes permite a autotransformação, na medida em que transformam o mundo e se apropriam do mundo novo que se constitui daí, atualizando-se histórica e culturalmente. Para Célestin Freinet, essa apropriação do mundo novo, construído pelos humanos, significa sua conquista do mundo e, para ele, “esta conquista efetua-se pelo *trabalho, que é a atividade pela qual o indivíduo satisfaz as suas grandes necessidades* psicológicas e psíquicas a fim de adquirir o poder que lhe é indispensável para cumprir o seu destino” (FREINET, 1969, p. 44).

Logo, vê-se que, mais uma vez, a educação, mais especificamente a Educação de Jovens e Adultos, não pode ser vista de forma limitada, logo uma vez que não está restrita ao espaço escolar, mas sim a todos os aspectos da vida, inclusive ao mundo do trabalho. Ciente dessa visão teórica, ao longo do estudo e prática docente fica claro que os alunos da EJA, nas duas realidades escolares, exercem inúmeras atividades laborais: eletricitistas,



domésticas, motoristas, porteiros, caixas e seguranças. Em quase sua totalidade apresentam um conhecimento prévio dos direitos trabalhistas previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, tais como 13º salários, férias remuneradas, descanso semanal, e é claro, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Apesar do conhecimento prático, poucos conhecem a história de conquista desses direitos fundamentais, bem como os conceitos básicos que diferenciam as diversas formas de trabalho ao longo da história.

Novamente os dados do IBGE, podem ser úteis sobre essa realidade. Araruama detém pelos dados de 2021, tem 18,46% de sua população ocupada, cerca de 25 mil pessoas. Dentro do universo regional a cidade ocupa a 6º posição entre os salários médios mensais. Saquarema apresenta cenário parecido, tendo 21,38% de sua população ocupada e seus salários médios aproximados, cerca de 1,9 salário médio mensal. Apesar de todo o desenvolvimento dos últimos, os salários médios ainda permanecem aquém das grandes cidades tanto do Estado do Rio de Janeiro, ainda que semelhantes entre outras cidades da região das baixadas litorâneas. Cabo Frio, por exemplo, maior cidade da com 222 mil habitantes, têm salários médios de 2,0, já o Rio de Janeiro apresenta impressionantes 4,1 de salário médio.² Dessa forma, muitos dos discentes encontram-se em uma busca constante por melhores posições ocupacionais e postos de trabalho, de tal forma, que a escola é percebida como um mecanismo de ascensão social e econômica.

Dessa forma, a intervenção discente em sala de aula baseia-se na busca por esses dois saberes: o processo histórico que marcou a criação das leis trabalhistas no Brasil; e o domínio dos diversos conceitos históricos que envolvem o mundo do trabalho. Não existe caminho possível para falar de classe trabalhadora e sua respectiva luta sem a obra de E. P. Thompson, mais precisamente em seu clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa*, publicado originalmente em 1963.³ (THOMPSON, 1987) Curiosamente, muitos dos conceitos formulados em seu livro, já eram desenhados antes de sua publicação. A própria ruptura com o Partido Comunista, já indicava a satisfação de Thompson com o afastamento entre os intelectuais socialistas e os trabalhadores, aqueles que estavam no chão da fábrica. Vale, nesse caso, recordar as colocações do Professor Marcelo Badaró,

² Dados retirados do site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/>.

³ E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vols.



que reforça a importância de sua atuação como professor de adultos na extensão universitária na Universidade de Leeds, cargo que ainda exercia quando redigiu sua importante obra. Trata-se, assim, de um intelectual não-típico, tendo sido combatente na Segunda Guerra Mundial e desde cedo atuado na militância no Partido Comunista, que mais tarde deixaria para tentar formular novas alternativas para a esquerda britânica. Em síntese, era um intelectual engajado nas questões sociais de seu tempo, exemplificada pela sua atuação na Educação de Jovens e Adultos.⁴

Como observa o professor Marcelo Badaró, Thompson fez um enorme esforço de definir a classe trabalhadora nos anos 1960, justamente em um momento de relativo incremento do poder de compra, que muitos chamariam de “aburguesamento” da classe operária. Thompson combate assim duas visões: de um lado uma historiografia liberal, que procura minimizar a condição precária da classe operária; de outro, um marxismo ortodoxo, que usava uma leitura excessivamente quantitativa para explicar a luta de classes, desprezando o conceito de “experiência” tão caro para Thompson. No lado liberal, merece destaque a obra de T. S. Asthon, que também postulava uma convergência entre várias classes sociais no processo de industrialização inglês, apresentando uma visão positiva do processo de industrialização. Em síntese, é possível dizer que a obra de Thompson percebe a “classe” como uma categoria dinâmica, que pode tanto se autodefinir como ser definida por outros. Para ele, deve-se evitar o reducionismo econômico na análise da classe, pois o que a define é sua agência histórica - entendo, nesse caso, “agência” como sendo a capacidade do indivíduo de agir sobre a sua própria vida.⁵

Por fim, como esclarece o professor Badaró, existe uma estreita relação entre a experiência de Thompson como professor e sua percepção da classe operária, reconhecendo que o saber discente deve ser tomado em conta, a vivência real das pessoas, sua experiência em si deve ser fundamental para entender o mundo. Leia-se: “De modo geral, o tutor acredita ter aprendido mais o que ele transmitiu ... e apesar de alguns erros

⁴ BADARÓ, Marcelo. História e projeto social: a origem militante do debate sobre classes e luta de classes na obra de E. P. Thompson. Capturado em 28/05/23: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6638_Badaro_Marcelo.pdf

⁵ Muitos marxistas criticaram a obra de Thompson alegando o excesso de culturalismo. Como argumento Ellen Wood, Thompson defendia uma simultaneidade entre os elementos econômicos e culturais.



iniciais, a classe aprendeu a trabalhar no espírito desejado na WEA (Associação Educacional de Trabalhadores) – não como o tutor e a audiência passiva, mas como um grupo combinando diversos talentos e fundindo diferentes conhecimentos e experiências para um fim comum.”⁶

Uma vez definida uma percepção do conceito de classe, devemos procurar correlacionar essa situação de classe com o surgimento das Leis Trabalhista e do próprio trabalhismo no Brasil. Para tanto, parece essencial a obra de Ângela de Castro Gomes, curiosamente, uma historiadora muito influenciada pela obra de Thompson. (GOMES, 2005) O que a historiadora Ângela de Castro Gomes identifica é uma coincidência entre a consciência de classe dos trabalhadores brasileiros com a própria estrutura do trabalhismo que se desenvolvia nos anos de governo Vargas. (GOMES 2005)

Diante da ideia de classe como categoria dinâmica e da especificidade do trabalhismo brasileiro, é observável que a maioria dos alunos da Educação de Jovens e Adultos dos municípios em tela apresenta uma forte consciência de si e do mundo que os rodeia. Sendo professor regente da modalidade há mais de 10 anos, sempre me recordo do caso de três jovens alunos da EJA que trabalhavam em um mercado nas proximidades da escola. Eles chegavam juntos e sempre atrasados, cerca de trinta minutos às classes. Verbalmente advertidos, alegavam que chegavam atrasados porque o trabalho não os liberava. Como de costume, consultei nos dias seguintes a equipe de suporte pedagógica e a inspetoria da escola, que não apenas confirmou, como ainda complementou: “ali (se referindo ao empregador) as coisas são difíceis.”. A precária situação dos discentes trabalhadores só se agravaria algumas semanas depois, quando foram demitidos. Um dos rapazes teve que faltar por dias para cuidar da mãe acamada; um segundo faltou por outros problemas pessoais, o que fez o empregador concluir que estavam armando algo, demitindo os três amigos.

Desde então, o recorte temático das aulas de história na EJA, em todas as suas fases, tem sido as diversas noções de trabalho. Servidão, escravidão, colonato, pareceria, meeiro, trabalho formal, informal e subemprego têm sido alguns dos muitos conceitos elaborados e revisitados. A previsão de uma adaptação curricular é pautada em lei, como

⁶ Apud. Marcelo Badaró.



antes visto. Ademais, o tempo quase sempre reduzido e as dificuldades operacionais (atrasos, faltas, problemas no transporte e estrutura escolar) acabam nos obrigando a tal adaptação.

A história por si só já seria ilustrativa, mas se torna mais elucidativa pela forma como foi descoberta. Durante uma aula minha, que marcava as diferenças entre a Lei da Estabilidade criada no governo Vargas e as mudanças decorrentes da Reforma Trabalhista durante a ditadura militar no Brasil, explicava o que significava historicamente o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o quanto ele enfraquecia a concepção trabalhista criada durante o Estado Novo. De pronto sou sumariamente interrompido por um dos três alunos mencionados: “Professor, como funciona essa coisa de multa de fundo? Meu patrão tá querendo dar justa causa na gente.” Apontando em seguida os outros dois colegas. Interrompi o planejamento regular da aula e escutei os rapazes. E logo se seguiram inúmeras explicações do que eles deveriam fazer, nenhuma delas por mim, mas sim pelos próprios colegas de classe. Uma das alunas, já aposentada, exclamou: “Manda dar baixa na carteira! Porque depois você se enrola para se aposentar.” A simples experiência se transformou em uma das aulas mais interessantes que já ministrei. Falamos de conceitos básicos de classe social, “mais-valia”, lucro, dignidade da classe trabalhadora e a velha relação entre tempo e trabalho. Sintetizamos construindo coletivamente quais eram os principais direitos previstos nas CLT. Um dos jovens finalizou: “Professor, não tem jeito, patrão é tudo igual”, não antes de proferir um estrondoso palavrão.

No âmbito das respectivas municipalidades: Saquarema e Araruama podem ter aplicabilidades distintas dessas práticas de ensino e orientação pedagógica. Como vimos, os municípios possuem muitas similaridades em suas realidades escolares, mas também encontram notórias diferenças. Enquanto em Araruama encontramos um volume maior de dispositivos legais que amparam a EJA, temos uma realidade concreta mais sensível, visto que uma parcela significativa dessas normativas são ignoradas. Em Saquarema, na direção oposta, temos normativas que podem estar desatualizadas, notadamente o Projeto Político Pedagógico da Escola, mas no âmbito mais geral do município algumas ações têm demonstrado melhoras expressivas tanto na evasão escolar, quanto no processo de ensino aprendizagem. O Plano Municipal de Educação ao criar um incentivo pecuniário



direto acabou por ampliar o acesso a essa modalidade de ensino, bem como o acesso a recursos diversos que possibilitaram uma prática pedagógica mais sólida. Dessa forma, o que se constrói dentro das salas de aula da EJA em Saquarema, e mais precisamente, na Escola Municipal José Bandeira é um saber escolar próprio que relaciona a vida dos educandos e sua prática profissional com os conceitos históricos básicos.

Referências

BADARÓ, Marcelo. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo, Boitempo, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Dicionário de Indicadores Educacionais: Fórmulas de Cálculo**. Brasília: MEC, fev. 2004.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos**. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), SEED/PR. 2007. Disponível em: Acesso em: 20 jan. 2021.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vols.

FREINET, Célestin. **Para uma escola do povo**. Lisboa: Editorial, 1969.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito: o direito e justiça nos dias e no mundo de hoje**. Lisboa: Almedina, 2007.

GADOTTI, M. **Educação popular e educação ao longo da vida**. In: CONFINTEA +6, 2016, Brasília. Coletânea de textos. Brasília: Ministério da Educação, 2016, v.1. p.1-10.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.



MATTOS, M. B. **História e projeto social: A origem militante do debate sobre classes e luta de classes na obra de E.P. Thompson.** Colóquio Internacional Marx e Engels. 7. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6638_Badaro_Marcelo.pdf>.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Professores de História: entre saberes e práticas.** Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2007.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **História e patrimônio: Saquarema.** 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.